

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.801.642 - SP (2019/0061893-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**RECORRENTE** : ELISABETH DE OLIVEIRA  
**RECORRENTE** : JOÃO RIBEIRO  
**RECORRENTE** : JOAO LUCIO DA SILVA  
**RECORRENTE** : PEDRO ROTOLI FILHO  
**ADVOGADO** : MARIA CLÁUDIA CANALE E OUTRO(S) - SP121188  
**RECORRIDO** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : PAULO DE TARSO NERI E OUTRO(S) - SP118089

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, apresentado por ELISABETH DE OLIVEIRA e OUTROS, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de ELISABETH DE OLIVEIRA e OUTROS, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas do Superior Tribunal de Justiça e o respectivo comprovante de pagamento.

Apesar das partes recorrentes asseverarem que litigam sob o pálio da gratuidade, a mera alegação, na petição recursal, de que são beneficiárias da assistência judiciária não é suficiente para o afastamento da deserção, ou seja, deve haver a comprovação dessa condição. Nesse sentido, o AgInt no AREsp 1160301/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 30/05/2018.

É insuficiente, portanto, a alegação de que a gratuidade foi deferida expressa ou tacitamente nos autos principais e/ou apensados, devendo as partes trazerem cópia integral dos respectivos autos ou certidão comprobatória do tribunal de origem desse deferimento, o que não ocorreu no caso concreto.

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do

preparo. As partes, embora regularmente intimadas para sanarem referido vício, quedaram-se inertes. Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n. 187 do STJ, o que leva à deserção do recurso. .

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor das partes recorrentes, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente